

Da Geopolítica clássica à Geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade¹

L 'histoire de ce mot n'est pas simple pas plus que son champ sémantique qui tend à s'élargir: aujourd'hui on parle de géopolitique a propos de la multiplication [...] de problèmes aussi diverses que l'apparition de nouveaux États, le tracé de leurs frontières, leurs conflits territoriaux, l'expansion de certaines ideologies politiques et religieuses comme l'islamisme, ou les revendications de peuples qui veulent être indépendents; mais on parle aussi de géopolitique, et de plus en plus, depuis quelques années, a propos de problèmes politiques au sein d'un même État [...] Il est tentat de considerer qu'il s'agit d'un phénomène de mode.

Yves Lacoste (1993 [1995]: 7)

1. A Geopolítica como disciplina académico-científica e saber prático tem múltiplas histórias relevantes, simultaneamente paralelas e concorrenciais, estando longe de ser um campo do conhecimento unitário, ao contrário do que a palavra usada no singular sugere. Face a esta multiplicidade de abordagens propomo-nos, como primeiro objectivo deste artigo, passar em revista os traços fundamentais da(s) histórias Geopolítica(s) alemã e britânica da primeira metade do século XX, pelo seu maior impacto sobre este campo do conhecimento. Como segundo objectivo propomo-nos analisar em que medida a Geopolítica da primeira metade do século XX (a Geopolítica clássica), que neste artigo designamos também por «primeira vaga» da Geopolítica, foi de facto «morta» ou continua a influenciar, de uma maneira directa ou indirecta, o pensamento ocidental sobre as Relações Internacionais no mundo do século XXI. E, como terceiro e último objectivo, vamos ainda tentar avaliar até que ponto o interesse acrescido que, a partir dos anos 70 do século XX, surgiu relativamente a este campo do conhecimento e gerou aquilo que designamos por «segunda vaga» da Geopolítica (nome sob o qual agrupamos uma pluralidade de abordagens, entre as quais a pós-moderna), radica nas virtudes descritivas, explicativas, analíticas ou mesmo críticas da Geopolítica, ou, pelo contrário, se

¹ Artigo publicado originalmente na revista *Política Internacional* 26 Outono-Inverno (2002): 161-186. Desta versão não consta a bibliografia utilizada na elaboração do mesmo.

estamos, apenas, perante mais um fenómeno de moda alimentado artificialmente a partir dos meios académicos, políticos e jornalísticos.

2. Um primeiro aspecto relevante na análise da Geopolítica clássica é o da origem da própria palavra «Geopolítica». Embora haja divergências² quanto ao momento exacto em que esta foi utilizada pela primeira vez, é consensual, no âmbito dos estudos académicos desta disciplina, que o neologismo foi originalmente cunhado, no crepúsculo do século XIX, pelo sueco Rudolf Johan Kjellén, professor das Universidades de Gotemburgo e Uppsala.

Independentemente das incertezas quanto à data da sua primeira utilização é fácil constatar que o neologismo «Geopolítica» foi um produto directo do contexto histórico-político vivido por Kjellén, na transição do século XIX para o século XX. Nessa época, a Suécia estava profundamente dividida pelo debate em torno da dissolução da união de Estados Súcica-Noruega, que datava de 1814, facto que acabou por ocorrer em 1905. O professor de Uppsala foi um forte opositor da independência da Noruega, tendo, para o efeito, redigido diversos manuscritos (entre os quais aquele em terá utilizado pela primeira vez a palavra «Geopolítica», intitulado *Inledning till Sveriges Geografi*) e efectuado virulentas intervenções políticas contra essa dissolução.

A receptividade ao discurso imperialista/conservador/autoritário e ao neologismo de Kjellén foi bastante significativa, não só na Suécia, como entre o público de língua alemã (Alemanha e Áustria). Por isso, as ideias de Kjellén rapidamente se tornaram populares no espaço cultural germânico, onde o neologismo foi introduzido, tal como os seus trabalhos, pelo geógrafo austríaco Robert Sieger nos primeiros anos do século XX. (Korinman, 1990: 349, nota 79). Esta rápida germanização da Geopolítica deveu-se também ao facto do sueco Kjellén ter uma profunda admiração pela Alemanha imperial e constituir, juntamente com o britânico

² Segundo Sven Holdar (1994a: 93-94) a palavra teria sido utilizada pela primeira vez em 1899, num artigo sobre as fronteiras da Suécia publicado no jornal geográfico sueco *Ymer*. Por sua vez, Michel Korinman (1990: 152) refere que Kjellén utilizou pela primeira vez a palavra numa comunicação intitulada *Inledning till Sveriges geografi* («Introdução à Geografia da Suécia»), efectuada no âmbito das conferências destinadas ao grande público da Universidade de Gotemburgo, que decorreram no Verão de 1900.

Houston Stewart Chamberlain e o francês Joseph-Arthur, conde de Gobineau, «um famosíssimo trio não alemão super germanófilo» (Weigert, 1942: 275).

A explicação do significado do neologismo e do objecto deste novo saber foi feita por Kjellén na sua obra mais importante, *Staten som Lifform* («O Estado como forma de vida», 1916) redigida originalmente em sueco, mas rapidamente traduzida para alemão («Der Staat als Lebensform», com a 1ª edição em 1917). Nesta obra, a Geopolítica foi apresentada como «a ciência do Estado enquanto organismo geográfico tal como este se manifesta no espaço» sendo o Estado entendido como país, como território, ou de uma maneira mais significativa como império. Esta nova «ciência» tinha por objecto constante o Estado unificado e pretendia contribuir para o estudo da sua natureza profunda, enquanto que a Geografia Política «observava o planeta como *habitat* das comunidades humanas em geral». (Korinman, 1990: 152).

Assim, para Kjellén, a Geopolítica não era um neologismo inócuo de agradável ressonância erudita, como afirmavam os seus críticos e detractores. Tratava-se, antes, de um neologismo que designava uma verdadeira ciência autónoma, com um objecto novo, diferente da *Politische Geographie* («Geografia Política», 1897), criada pelo mais importante geógrafo germânico da segunda metade do século XIX – Friedrich Ratzel³ – detentor da cátedra de Geografia (1886) na prestigiada Universidade de Leipzig e um dos mais influentes geógrafos da Europa novecentista.

2. Com ligação mais ou menos directa à prestigiada tradição novecentista alemã de estudos geográficos e à tradição histórica-nacionalista de Leopold von Ranke e Heinrich von Treitschke, surgiu na Alemanha, na segunda década do século XX, aquilo que ficou conhecido como a «Escola alemã da Geopolítica» ou «Escola de

³ O trabalho de Ratzel está também associado às concepções evolucionistas e biológicas do Estado e da sociedade que progressivamente se difundiram pelo campo das Ciências Sociais, após a publicação por Charles Darwin de *On the Origin of Species by means of Natural Selection or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* («A Origem das Espécies por meio da Seleção Natural ou a Preservação das Espécies mais favorecidas na Luta pela Vida», 1859). Com a *Politische Geographie* de 1897 e *Der Lebensraum* («O Espaço Vital») de 1901 as concepções evolucionistas e biológicas fizeram também sua aparição na Geografia e, Ratzel, foi acusado de ter o seu trabalho imbuído de uma perversa «filosofia darwinista do espaço». Todavia, não está isenta de controvérsia a qualificação de Ratzel com o epíteto de «darwinista social» porque em diversas partes dos seus trabalhos este se demarcou das teses racistas de Gobineau e de Chamberlain e das próprias teses do darwinismo social europeu, de Spencer. O que se pode constatar é que este recorreu, num certo número de casos concretos, a uma espécie «racismo funcional ligado à ideologia colonialista do século XIX europeu, posição, aliás, frequente na época». (Korinman, 1990: 41).

Munique». A sua principal publicação divulgadora foi a *Zeitschrift für Geopolitik*⁴ («Revista de Geopolítica»), fundada em 1924 e destinada preferencialmente a geógrafos profissionais, mas visando também a divulgação dos seus conteúdos junto de não especialistas, diplomatas, homens políticos, jornalistas e industriais.

A personalidade central da *Zeitschrift für Geopolitik* foi Karl Haushofer, que reunia as características de um militar e de um académico: para além dos conhecimentos de estratégia militar inerentes à sua formação de alta patente e ao exercício de docência na academia militar, era detentor de significativas credenciais académicas. Os seus trabalhos académicos, livros e artigos publicados, tornaram-se rapidamente populares na Alemanha e tiveram mesmo algum reconhecimento internacional fora do mundo germânico. Note-se que para o seu sucesso contribuiu muito a sua experiência no exercício de cargos militares e o vasto conhecimento prático das imensas regiões da Ásia e do Pacífico, especialmente do Japão, onde desempenhou funções como adido militar (1908-1910).

Para a compreensão dos trabalhos de Haushofer e da *Zeitschrift für Geopolitik* é importante notar que estes se desenvolveram num período político, económico e social extremamente conturbado da história da Alemanha da primeira metade do século XX, em que era grande a difusão entre a população de um sentimento de decadência. A este facto temos de juntar a humilhação sofrida pela derrota militar na I Guerra Mundial e a incapacidade do regime democrático instituído pela República de Weimar (1918-1933) – que sucedeu à renúncia do Kaiser Wilhelm II e ao fim da Alemanha imperial do II *reich* (1871-1918) – em resolver os problemas sociais e territoriais. E temos de adicionar também a subversão do regime democrático de Weimar e a sua deposição pelo partido nazi de Adolf Hitler, com a fundação do III *Reich* (1933-1945), estreitamente associada ao desencadear dos trágicos acontecimentos da II Guerra Mundial.

⁴ A criação da *Zeitschrift für Geopolitik* resultou de um esforço conjunto do editor, Kurt Vowincker, e de uma equipa redactorial de geógrafos, com competências repartida por áreas geográficas específicas, composta por Karl Haushofer (Ásia), Erich Obst (Europa e África), Otto Maull (Américas) e Hermann Lautensach (mundo na sua globalidade). Nela colaboraram também alguns dos mais importantes geógrafos, politólogos e especialistas de Relações Internacionais da época (não só alemães como austríacos, húngaros, polacos, romenos, sul americanos e até soviéticos...).

É ainda importante notar que os trabalhos de Haushofer surgiram no contexto de um grande debate⁵ que, nos anos 1924-1925, estalou entre a comunidade de geógrafos alemães e que opôs os defensores da Geografia Política clássica, na linha de Ratzel, aos defensores de uma nova Geopolítica. Karl Haushofer foi um dos principais protagonistas desse debate. Num artigo que ficou famoso nos anais desta polémica, precisamente intitulado *Politische Erdkunde und Geopolitik* («Geografia Política e Geopolítica», 1925), começou por sustentar a necessidade de difundir o conhecimento geopolítico, como saber estratégico, entre a elite dirigente alemã (políticos, diplomatas e militares) e a população em geral. E, para isso, era necessário romper com a tradição geográfica anterior, pois, a disciplina tinha-se constituído de uma maneira errada, sobre o dualismo Geografia Física/Geografia Humana, sendo o trabalho de Ratzel, embora indiscutivelmente importante, já ultrapassado. Então, traçou uma distinção entre a Geografia Política, que estuda a distribuição do poder estatal à superfície dos continentes e as condições (solo, configuração, clima e recursos) nas quais este se exerce, e a Geopolítica que tem por objecto a actividade política num espaço natural. (Korinman, 1990: 155).

Para além desta tomada de posição no debate que opôs geógrafos a geopolíticos podem-se encontrar, no âmbito dos vastíssimos trabalhos de Haushofer na *Zeitschrift für Geopolitik*, várias ideias e teses geopolíticas importantes, algumas das quais vamos analisar mais de perto, pela sua relevância, quer para a compreensão do seu pensamento, quer pelas suas implicações políticas na Alemanha do período entre as duas guerras mundiais. A primeira foi formulada em *Grenzen in ihrer Geographischen und Politischen Bedeutung* («As Fronteiras e o seu Significado Geográfico e Político», 1927), onde exortou os seus compatriotas a aprofundarem o conhecimento

⁵ Este debate desencadeou-se essencialmente por duas grandes razões: a primeira, de contornos marcadamente académicos e de tipo epistemológico, resultava do facto de Kjellén ter sustentado a criação não só de um neologismo, como também de uma ciência original, só que a sua posição não era propriamente consensual entre a comunidade dos geógrafos alemães (os detractores de Kjellén afirmavam que este não tinha criado nenhuma disciplina nova, pois apenas tinha deslocado a Geografia Política para o espaço da Antropogeografia de Ratzel, e colocado a Geopolítica no lugar da Geografia Política ratzeliana...); a segunda razão tinha contornos menos académicos e bastante mais políticos, e era consequência directa do já referido ambiente conturbado que se vivia na Alemanha após a derrota na I Guerra Mundial, existindo, dentro da comunidade de geógrafos, diversas vozes que sustentavam que esta tinha tido também grandes responsabilidades nessa derrota, por não ter sabido contribuir para

sobre as fronteiras nacionais, defendendo que estas são factos biogeográficos, e que por isso não se podem compreender, nem justificar, apenas por critérios jurídicos.

Num outro trabalho intitulado *Geopolitik der Pan-Ideen* («Geopolítica das Ideias Continentalistas», 1931), foi desenvolvido aquilo que ficou conhecido como tese das «Pan-regiões».⁶ Nesta tese geopolítica foram identificadas quatro grandes regiões mundiais: a «Euro-África» (abrangendo toda a Europa, o Médio-Oriente e todo o continente africano); a «Pan-Rússia» (abrangendo a generalidade da ex-União Soviética, o sub-continente indiano e o leste do Irão); a «Área de Co-prosperidade da grande Ásia» (abrangendo toda a área bordejante da Índia e sudeste asiático, o Japão, as Filipinas, a Indonésia, a Austrália e generalidade das ilhas do Pacífico); e a «Pan-América» (onde se inseria todo o território desde o Alasca à Patagónia e algumas ilhas próximas do Atlântico e do Pacífico). Estreitamente ligada com a tese das «Pan-regiões» encontra-se a ideia dos «Estados-directores» (i. e. de um directório de potências), que consistia na liderança de cada uma dessas áreas por um Estado forte, dinâmico, com grande população e recursos, dotado de altos padrões económicos e industriais, bem como de uma posição geográfica que lhe permitisse exercer um efectivo domínio sobre os restantes. Os Estados melhor posicionados para exercer essa liderança seriam, segundo Haushofer, a Alemanha (Euro-África), a Rússia (Pan-Rússia), o Japão (Área de Co-prosperidade da grande Ásia) e os EUA (Pan-América).

4. Se é associado à história da geopolítica sueca-alemã que encontramos a origem do conceito e os mais significativos esforços de teorização (e justificação) de uma disciplina nova é, por sua vez, no âmbito da *Geopolitics* (i. e. da geopolítica britânica) que encontramos o que habitualmente é considerado principal texto fundador da disciplina: *The Geographical Pivot of History*, tema da conferência proferida pelo *Honourable Sir* Halford John Mackinder, em Londres, na Sociedade Real de Geografia, a 21 de Janeiro de 1904. O seu autor foi um notável geógrafo e académico da sua época, professor de Geografia em Oxford (1887-1905), director do

uma formação geopolítica adequada da classe dirigente e da própria população, ao contrário do que acontecera nas rivais Inglaterra e França.

⁶ Ironicamente a sua concepção foi influenciada pela ideia da «Pan-Europa», promovida na época pelo conde austríaco Richard Coudenhove-Kalergi, uma personalidade que figura, com um merecido lugar de destaque, nos anais dos movimentos europeístas do século XX, que defendiam a unificação política

Colégio Universitário de Reading (1892-1903), director da *London School of Economics and Political Sciences* (1903-1908) e um explorador famoso do continente africano, sendo o primeiro europeu a escalar o monte Kilimanjaro (Quênia) até ao seu cume (1899).

Embora *The Geographical Pivot of History* de Mackinder seja generalizadamente considerado o texto fundador do discurso geopolítico moderno, não deixa de ser curioso notar no mesmo a ausência total da palavra Geopolítica. Essa ausência pode-se também constatar em todos os outros trabalhos importantes do geógrafo britânico. Tudo indica que essa ausência foi deliberada, e que não se deve propriamente a um desconhecimento dos trabalhos de Kjellén e dos seus seguidores alemães, mas a uma premeditada atitude patriótica (compreensível se atendermos às suas posições políticas anteriormente expostas), de rejeição do neologismo devido à sua conotação germânica.

Voltando à análise do texto fundador de Mackinder, verifica-se que este passou em revista, de uma maneira sintética e abrangente, a história universal, através de uma grelha de leitura geográfica, sustentando que foi nas imensas planícies asiáticas que ocorreram os acontecimentos decisivos da história universal, e que esta zona do mundo teve, milenarmente, uma influência decisiva no rumo dos acontecimentos mundiais. Face a esta constatação histórico-geográfica propôs um conceito analítico original – a área *pivot* (1904) – cuja designação foi posteriormente alterada para *Heartland* (1919), através da adopção da metáfora do «coração da terra», situado no continente Euro-Asiático, e coincidindo, grosso modo, com a ex-URSS, também já utilizada por outro geógrafo britânico, James Fairgrieve, em *Geography & World Power* (1915).

O trabalho de 1904 de Mackinder pode ser essencialmente interpretado como uma reacção britânica à influência das teses do almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan sobre a apologia do poder marítimo (que este considerava serem falaciosas para os britânicos), a mais famosa das quais formulada em *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783* (1890). O grande impacto dos trabalhos de

europeia por via pacífica, nada tendo por isso a ver com os meios de conquista preconizados, ou, pelo menos, admitidos por Haushofer.

Mahan sobre os seus contemporâneos pode facilmente constatar-se na rival Alemanha onde, por exemplo, o Kaiser Wilhelm II determinou que os livros Mahan fossem leitura obrigatória pelos oficiais da sua marinha imperial...

Por sua vez, em *Democratic Ideals and Reality* (1919) Mackinder fez notar que, apesar da importância dos ideais democráticos, não se podia subestimar o impacto do pensamento estratégico de «grandes organizadores», como Napoleão Bonaparte e Otto von Bismarck. Recorrendo a uma metáfora cheia de simbolismo lembrou aos dirigentes dos Estados vencedores da I Guerra Mundial que, conforme um general romano instruíra um escravo para segredar-lhe ao ouvido que era mortal (de modo a que nos momentos de triunfo militar não perdesse a noção da realidade), também estes deveriam ter alguém a lembrar-lhes repetidamente: *who rules East Europe commands the Heartland; who rules the Heartland commands the World-Island; who rules the World-island commands the World* (quem controlar a Europa de Leste domina o *Heartland*; quem controlar o *Heartland* dominará a Ilha-Mundial; quem controlar a Ilha-Mundial dominará o mundo) (Mackinder, 1919 [1942]: 150).

De facto, Mackinder, com a publicação de *Democratic Ideals and Reality*, pretendeu intervir nesse debate, chamando à atenção dos principais dirigentes políticos da aliança militar vencedora – Lloyd George (Reino Unido), Woodrow Wilson (EUA) e Georges Clemenceau (França) – para a necessidade premente de organizar a Europa de Leste, mantendo-a fora do controlo de uma única potência terrestre, por força das específicas características peninsulares da Europa Ocidental. Assim, aquilo que designou como um cordão de *buffer-states* («Estados-tampão»), deveria separar a Alemanha da Rússia, evitando que uma só potência dominasse o *Heartland*. (Mackinder, 1919 [1942]: 158). Assinalável é o facto de este trabalho do geógrafo britânico ser não só um marco importante do pensamento realista-político, em defesa da tradicional *balance of powers* («balança de poderes»), como constituir uma interessante antecipação de muitos dos argumentos usados nos virulentos ataques a que foi sujeito o idealismo consubstanciado na Sociedade das Nações (instituída precisamente em 1919), ao longo da segunda metade dos anos 30

5. Não é possível compreender as imagens profundamente negativas e diabolizadas (criadas sobretudo no mundo anglo-saxónico e especialmente nos EUA),

em torno da *Geopolitik* e de Karl Haushofer, se não se tiver em conta o enorme impacto (e apreensão) gerado junto do público norte-americano, pelos sucessos da *weermacht* (o exército da Alemanha nazi) na II Guerra Mundial, durante a sua *blitzkrieg* («guerra relâmpago») que levou à conquista de quase toda a Europa, nos anos 1939-1941. Nem é possível compreender também essas imagens, senão tivermos em consideração o envolvimento directo dos EUA nesse conflito, a partir do ataque do Japão à base naval de Pearl Harbour, nas ilhas do Hawai, no Oceano Pacífico, a 8 de Dezembro de 1941.

No processo de descredibilização e «diabolização» da *Geopolitik* o ano de 1942 foi particularmente importante tendo sido, durante o mesmo, publicados diversos trabalhos influentes, todos da autoria de emigrantes europeus da *Mittel Europa* («Europa Central»), que se radicaram nos EUA. Entre esses trabalhos destacam-se os de Hans Weigert⁷ intitulado *Generals and Geographers: The Twilight of Geopolitics* («Generais e Geógrafos: O Crepúsculo da Geopolítica») e o de Robert Strausz-Hupé, *Geopolitics: The struggle for Space and Power* («Geopolítica: A luta pelo Espaço e pelo Poder»), que vamos analisar sinteticamente e apenas nos seus traços essenciais.

Paralelamente ao processo de descredibilização e de «satanização» que se desenvolvia nos *media* norte-americanos e na literatura do tipo *middle-brow*, a *Geopolitik* foi simultaneamente objecto de um processo de descredibilização mais profundo, especificamente a um nível académico-científico. Nesse processo, destacou-se o mais célebre e influente geógrafo norte-americano da primeira metade do século XX, Isaiah Bowman, director da *American Geographical Society* (1915-1935), conselheiro-chefe para as questões territoriais do presidente Woodrow Wilson, na Conferência de paz de Versalhes (1919), membro fundador e presidente (1931-1934) do *Council on Foreign Relations* que esteve na origem da fundação da revista norte-

⁷ Uma questão ainda hoje não totalmente esclarecida é a da influência de Haushofer sobre Hitler. Neste aspecto, Hans Weigert demarcou-se, pelo menos em parte, daqueles que sustentavam existir o dedo de Haushofer em toda a acção política de Hitler e na redacção do *Mein Kampf* («A Minha Luta»), referindo, em tom irónico, que Haushofer certamente «teve o azar de perder o autocarro para visitar Hitler na prisão de Landsberg» quando este estava a escrever o famoso capítulo XIV do *Mein Kampf*, o qual contém as principais directrizes da política externa do *III Reich* (Weigert, 1942: 151). Isto porque o seu conteúdo diverge das principais teses geopolíticas de Haushofer, que sempre foi contrário à «operação Barbarossa», ordenada por Hitler, em 1941, e que levou, à invasão da ex-União Soviética, com resultados catastróficos para os exércitos nazis e para a sobrevivência do regime hitleriano.

americana, *Foreign Affairs* (1922), presidente da Universidade John Hopkins (1935-1945) e conselheiro do departamento de Estado para as questões territoriais durante a II Guerra Mundial.

Isaiah Bowman começou a ser conhecido do grande público, pela organização de expedições patrocinadas pela *American Geographical Society* e posterior publicação dos seus relatos, sendo a mais importante aos Andes, ao Sul do Perú, em 1915 (numa semelhança notória com o percurso de Mackinder). Mas foi sobretudo o trabalho intitulado *The New World: Problems in Political Geography* («O Novo Mundo: Problemas de Geografia Política», 1921), onde descreveu e analisou os impérios, os Estados e as colónias do mundo, na sequência dos arranjos territoriais saídos da I Guerra Mundial, que lhe deu maior notoriedade.

Por sua vez, com os desenvolvimentos da II Guerra Mundial e a crescente atenção prestada pelos *media* à Geopolítica aumentou a notoriedade de Bowman. No discurso público norte-americano era referido correntemente como «o nosso» geopolítico; e, simultaneamente, gerou-se nos *media* uma tendência espontânea de o qualificar como o «Haushofer americano» o que, por razões patrióticas e académicas compreensíveis, irritou o geógrafo. E, por reacção a esta «ligação perigosa», Isaiah Bowman publicou um influente artigo na *Geographical Revue*, em Outubro de 1942, intitulado *Geography versus Geopolitics*, onde afirmava que «a Geopolítica representa uma visão distorcida das relações históricas, políticas e geográficas do mundo e das suas partes... os seus argumentos tal como são desenvolvidos na Alemanha servem apenas para sustentar o caso da agressão alemã» (Isaiah Bowman citado por Ó Tuathail, 1996: 154).

Este esforço de demarcação de Isaiah Bowman face à Geopolítica (i.e. à *Geopolitik*) foi secundado em publicações sobre Política Internacional dirigidas a públicos selectivos, como a *Foreign Affairs*, através da contraposição de teses geopolíticas «boas»⁸, onde se evitava o uso da palavra proscrita. Nesse mesmo ano de

⁸ Nesse contexto, e na consequência do interesse do público norte-americano por *Democratic Ideals and Reality* de Mackinder, surgiram duas reedições desse trabalho (respectivamente em Maio e Outubro) e Hamilton Fish Armstrong, o editor na época da *Foreign Affairs*, solicitou a Mackinder uma revisão da teoria do *Heartland* face aos acontecimentos da II Guerra Mundial. Dessa solicitação resultou um famoso artigo intitulado *The Round World and the Winning of the Peace*, publicado em Julho de 1943, onde Mackinder formulou a tese do *Midland Ocean*, numa antecipação daquilo que

1942 surgiram ainda dois importantes trabalhos da autoria de um norte-americano de origem holandesa, Nicholas John Spykman, ex-jornalista (1913-1920) e professor de Relações Internacionais na Universidade de Yale desde 1928, (onde foi também director do Instituto de Relações Internacionais. O primeiro, intitulado *The America's Strategy in World Politics. The United States and the Balance of Power* («A Estratégia Americana na Política Mundial. Os Estados Unidos e Balança de Poder», 1942). Para além de ter recebido comentários elogiosos de Isaiah Bowman, foi qualificado pelo seu editor, a *Harcourt, Brace and Company*, como «a primeira análise geopolítica abrangente da posição dos Estados Unidos no mundo» feita pela «maior autoridade norte-americana em geopolítica» (apresentação de Spykman na capa da edição de 1942). Quanto ao segundo, *The Geography of the Peace* («A Geografia da Paz», 1944), redigido em 1943 mas publicado postumamente, marcou decisivamente a política externa dos EUA no pós-II Guerra Mundial, com o conceito de *rimland* (uma zona entre os poderes marítimo e terrestre, que abrangia parte da Europa Ocidental, o Médio Oriente, a Turquia, o Irão, a Índia, o Paquistão, a China, a Coreia, o Japão, o Sudoeste Asiático e a costa do pacífico da Rússia) uma área geoestratégica determinante para a segurança dos EUA no mundo.

É neste contexto politicamente tumultuoso e de separação de águas entre uma geopolítica «boa» e uma geopolítica «má» que tem de ser entendida a afirmação do professor da Universidade de Chicago, Hans J. Morgenthau, de que «a Geopolítica é uma pseudociência» (1948 [1997]: 178). O que Morgenthau, tal como Bowman, quis de facto qualificar como uma pseudociência não foi a Geopolítica (entendida como o saber geopolítico em geral), mas, apenas, uma determinada visão geopolítica particular, a da *Geopolitik* (i.e. a geopolítica alemã-nazi). Certamente que nem Bowman, nem Morgenthau, pretendiam incluir nas suas críticas os trabalhos geopolíticos do britânico Mackinder (que sempre evitou usar a palavra Geopolítica...) nem os do seu compatriota Spykman que, aliás, se inserem perfeitamente na sua visão realista e anglo-saxónica das Relações Internacionais. Mas, o esforço empreendido pelos meios académico-científicos norte-americanos de «separação de águas», entre

uma «Geopolítica boa» (não designada por Geopolítica...) e uma «Geopolítica má» não foi em vão: o uso da palavra Geopolítica foi praticamente banido durante três décadas, encerrando-se, assim, aquilo que parafraseando um conhecido título de Alvin Toffler, podemos designar como a «primeira vaga» da Geopolítica.

6. Foi só a partir dos anos 70 do século XX que ocorreu a (re)entrada em força da palavra «Geopolítica» no léxico académico-político e dos «mass media», que está na génese da «segunda vaga». Essa (re)entrada resultou essencialmente da conjugação de duas circunstâncias: um maior distanciamento temporal face à II Guerra Mundial e à Alemanha nazi e o aparecimento de conflitos que «não encaixavam» na lógica dominante da confrontação ideológica (por exemplo, o conflito entre o Vietname e o Camboja, no final anos 70, ocorrido entre dois Estados que perfilhavam uma similar ideologia socialista-comunista). Mas, se este interesse pelo saber geopolítico clássico retirou, progressivamente, a palavra «Geopolítica» do ostracismo, o facto é que também acabou por transformá-la numa palavra de moda, o que acarreta múltiplas dificuldades e ambiguidades. A este propósito, e tal como já fizera notar com alguma ironia Robert Harkavy, atente-se na seguinte apreciação crítica que Daniel Deudney (1997: 93) faz sobre a utilização indiscriminada da palavra:

Few words in the study of world politics are widely used and vaguely defined as the term «geopolitics». As Robert Harkavy has observed, «the term geopolitics has come to be used in such a variety of contexts that it is no longer clear just what it means... It has come to mean almost everything, and therefore, perhaps almost nothing».

Como todas as palavras de moda (veja-se por exemplo o caso da globalização) tende a ser usado de uma maneira «livre» e indiscriminada, o que não só dá origem a confusões conceptuais, como lhe pode retirar alcance analítico, no âmbito dos estudos académico-científicos da disciplina. Voltaremos a este aspecto na parte final do nosso artigo. Para já, vamos deter-nos na análise aprofundada das circunstâncias e vias pelas quais a palavra e o saber geopolítico foi (re)introduzido.

No âmbito processo de (re)introdução académica da palavra «Geopolítica», o geógrafo francês Yves Lacoste, e a revista de Geografia e Geopolítica *Hérodote* (1976), ocupam normalmente um lugar de destaque. Um primeiro passo na direcção

da Geopolítica foi dado por Yves Lacoste, professor de Geografia na célebre Universidade experimental de Vincennes (actual Paris VIII), com a publicação do muito aplaudido *La Géographie ça sert d'abord à faire la guerre* («A Geografia, isso serve para fazer a guerra», 1976), um trabalho escrito com a intenção de provocar uma ruptura⁹ com a tradição geográfica francesa, essencialmente herdeira da Geografia descritiva de Paul Vidal de la Blanche. Um segundo passo mais explícito foi dado com a incorporação da própria palavra Geopolítica, no subtítulo do *Hérodote*, que passou também a designar-se como *Revue de Géographie et Géopolitique* (1983). Um terceiro passo foi a edição de um trabalho colectivo de fundo de análise geopolítica: o *Dictionnaire de Géopolitique* (1993).

Paralelamente aos trabalhos de Yves Lacoste e do *Hérodote* podem também destacar-se os de Michel Korinman sobre a *Geopolitik*, entre os quais de destaca o intitulado *Quand l'Allemagne pensait le monde. Grandeur et décadence d'une Géopolitique* («Quando a Alemanha pensava o mundo. Grandiosidade e decadência de uma Geopolítica», 1990); o do general francês Pierre-Marie Gallois, o principal teorizador da força nuclear francesa criada nos anos 60 por decisão do general de Gaulle, intitulado *Géopolitique: les voies de la puissance* («Geopolítica: as vias da potência», 1990); o de um outro importante geógrafo francês, o professor da Sorbonne (Paris I), Paul Claval, com *Géopolitique et Géostratégie* («Geopolítica e Geoestratégia», 1994); o de François Thual, director-adjunto do *Institut de Relations Internationales et Stratégiques* (IRIS), intitulado *Méthodes de la Géopolitique. Apprendre à déchiffrer la réalité* («Métodos de Geopolítica: Aprender a decifrar a realidade», 1996); e o investigador do *Institut International d'Études Stratégiques* (IIES) e da Universidade de Paris II, Alexandre Del Valle, sugestivamente intitulado *Guerres contre l'Europe* («Guerras contra a Europa», 2000). O sucesso das publicações francesas e em especial da revista *Hérodote*, estimulou o aparecimento de outras publicações sobre geopolítica em diversos países europeus. O caso mais evidente é o de Itália, onde no início dos anos 90, surgiu a *Limes – Rivista Italiana di*

⁹ Para o efeito, Yves Lacoste recuperou também os trabalhos do geógrafo-anarquista do século XIX, Elysée Reclus.

Geopolítica (1993), uma publicação que arrancou com o apoio e colaboração de alguns elementos da equipa redactorial¹⁰ do *Hérodote*.

Paralelamente aos esforços europeus, especialmente franceses, de recuperação da Geopolítica, surgiram nos EUA movimentos que convergiram no processo de (re)entrada em força da palavra «Geopolítica» no léxico académico-político e dos «mass media». Neste contexto, destaca-se a publicação, na década de 70, do importante trabalho do estratega anglo-americano Colin S. Gray, intitulado *The Geopolitics of Nuclear Era. Heartlands, Rimlands and the Technological Revolution* (1977), seguido de um outro, já em meados dos anos 80, intitulado *Maritime Strategy, Geopolitics and the Defence of the West* (1986). Mas foi uma personalidade emblemática do mundo académico e político norte-americano – o ex-secretário de Estado da administração Nixon, Henry Kissinger – quem deu o impulso mais importante na (re)introdução da Geopolítica, ao utilizar a palavra, durante os anos 70, nas suas análises sobre diversos conflitos internacionais, associando-a às virtudes do realismo político, do qual é um dos defensores mais famosos.

Com o final da Guerra Fria e o desaparecimento da União Soviética (1989-1991), assistiu-se à multiplicação de trabalhos e artigos de análise geopolítica, nos EUA. Também aí surgiu um dicionário, o *Dictionary of Geopolitics*, editado por John Ó Loughlin (1994), bem como importantes trabalhos de teorização. Entre estes destacam-se o de Samuel P. Huntington *The Clash of Civilizations. Remaking of World Order* («O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial», 1993-1996); o do ex-conselheiro do presidente norte-americano James Carter, Zbigniew Brezinski, intitulado *The Grand Chessboard* («O Grande Jogo», 1997).

É importante notar que a «segunda vaga» da Geopolítica não surgiu apenas pela mãos da corrente realista norte-americana das Relações Internacionais, a qual, aliás, nunca deixou propriamente cair¹¹ as análises da geopolítica clássica (como comprovam, por exemplo, os trabalhos do geógrafo/geopolítico Saul B. Cohen,

¹⁰ Na altura da fundação do *Limes*, Michel Korinman a ocupou o lugar de director, em parceria com o italiano Luccio Caracciolo, e Yves Lacoste colaborou também no arranque da publicação italiana, como conselheiro especial da direcção da revista.

¹¹ Para uma visão mais aprofundada sobre os principais trabalhos geopolíticos desenvolvidos nos EUA, entre os anos 50-70, ver Políbio F. Valente de Almeida *Do poder do pequeno Estado: enquadramento*

nomeadamente através do célebre *Geography and Politics in a World Divided* («Geografia e Política num Mundo Dividido», 1963) apenas se limitando, conforme já assinalámos, a banir a palavra e a repudiar as teses germânicas. Na América do Norte, outras vias marcaram o regresso da disciplina, sobretudo nas abordagens de cariz mais académico. Este é o caso da chamada *Critical Geopolitics* («Geopolítica Crítica»), protagonizada, entre outros, pelo irlandês Gearóid Ó Tuathail, professor de Geografia na *Virginia Tech* dos EUA, pelo canadiano Simon Dolby e também pelo britânico Paul Routledge, juntamente com os quais editou uma interessante compilação dos principais textos de geopolítica intitulada *The Geopolitics Reader* («O Leitor da Geopolítica», 1998). Esta corrente filia-se num movimento académico que ganhou força durante os anos 80 e 90 no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e que por simplificação podemos designar por «pós-modernismo»¹². Tem o que é provavelmente o seu trabalho mais emblemático em *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space* («Geopolítica Crítica: A Política de Escrever o Espaço Global»1996), do já referido Gearóid Ó Tuathail. Outros contributos relevantes para esta abordagem, embora mais na perspectiva da chamada Economia Política Internacional (EPI), podem ser encontrados no trabalho de John Agnew e Stuart Corbridge intitulado, *Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy* («Dominando o Espaço: Hegemonia, Território e Economia Política Internacional», 1995).

7. Face ao aumento do interesse pela Geopolítica que está na origem de uma «segunda vaga» de livros e artigos académicos e de referências e análises nos *mass media*, uma questão que inevitavelmente se coloca é a de saber até que ponto os desenvolvimentos ocorridos nas últimas décadas do século XX surgiram em ruptura

geopolítico da hierarquia das potências (1988) que é, na nossa opinião, o mais completo trabalho sobre este assunto redigido em língua portuguesa.

¹² O pós-modernismo é uma corrente intelectual bastante ampla e heterogénea, abrangendo diversos movimentos com características próprias, como os pós-estruturalistas, os defensores das teorias críticas, as abordagens feministas, etc., o que dificulta a identificação dos contornos exactos desta corrente intelectual. Todavia, há normalmente alguns pontos de contacto entre estes movimentos, como uma certa descrença na racionalidade e no valor das metodologias quantitativas, uma aversão a métodos formais, a (re)valorização do senso comum e da intuição, o nivelamento dos saberes e a promoção de um discurso de tipo multicultural. Por último, é necessário ter ainda em conta o facto de muitos dos autores normalmente rotulados como «pós-modernistas», rejeitarem esse epíteto, o que aumenta mais a dificuldade da sua identificação...

ou em continuidade, com a tradição da Geopolítica clássica da primeira metade do século. A resposta a esta questão não é fácil, dada a multiplicidade de abordagens que marcam este campo do conhecimento. Por isso, e sem pretendermos ser exaustivos, vamos passar previamente em revista alguns dos principais desenvolvimentos da disciplina, para depois delinear uma resposta consistente.

Em primeiro lugar, parece-nos bastante evidente que a Geopolítica clássica procurou afirmar-se como uma nova ciência através de um processo que podemos designar como *imitatio scientiae*¹³ (i.e. procurou constituir-se como ciência por cânones positivistas, mais ou menos próximos do modelo das chamadas Ciências Naturais). Este facto pode detectar-se na sua preocupação de captar a realidade geográfico-política tal como ela é (i. e. na sua preocupação de uma objectividade «realista»), na separação das análises geográfico-políticas e das questões éticas por elas levantadas, e no seu esforço de estabelecer leis e efectuar previsões, entre outros aspectos. Sintomaticamente, este esforço de aproximação ao modelo das Ciências Naturais ressalta, de alguma maneira, da já referida citação de *Democratic Ideals and Reality*, de Halford Mackinder: «quem controlar a Europa de Leste domina o *Heartland*; quem controlar o *Heartland* dominará a Ilha-Mundial; quem controlar a Ilha-Mundial dominará o mundo», que é a mais famosa de toda a Geopolítica, e que, talvez por isso mesmo, foi quase elevada ao estatuto de «lei científica» em muitos dos textos que a referem simplifcadamente (ou simplisticamente...).

Este tipo de «construções científicas» é hoje normalmente merecedor de um certo distanciamento, em graus bastante variáveis (menor nas análises realistas ou neo-realistas das Relações Internacionais e bastante mais elevado nas chamadas

¹³ É importante que o processo de *imitatio scientiae* não foi exclusivo da Geopolítica clássica. Nos anos 70, o norte-americano Ray S. Cline, provavelmente influenciado pelo impacto que a chamada «revolução behaviorista» teve nas Ciências Sociais durante os anos 60, nos EUA, empreendeu uma célebre tentativa de quantificação do poder estadual, cujos resultados foram publicados em *World Power Assessment: a calculus of strategic drift* (1975). O objectivo era superar, através de uma fórmula matemática, as clássicas formulações qualitativas de poder, o que deu lugar à chamada «equação de Cline», cuja formulação é $Pp=(C+E+M) \times (S+W)$ e em que Pp = poder suposto (*perceived power*); C = massa crítica da população e território (*critical mass*); E = capacidade económica (*economic capability*); M = capacidade militar (*military capability*); S = objectivos estratégicos (*strategic purpose*); e W = vontade de executar as estratégias nacionais (*will to pursue national strategy*). Mas, como assinalou Adriano Moreira (1996: 208) numa apreciação crítica da mesma, esta fórmula implica assumir que «o poder é o produto das capacidades físicas e das capacidades psicológicas, tornando assim muito

abordagens pós-positivistas¹⁴) e também por razões substancialmente diferentes. Por exemplo, para François Thual (1996: 8) a Geopolítica clássica, com a sua característica oposição mar/terra e o seu determinismo geográfico revela uma atitude intelectual e uma forma de conhecimento que pode ser qualificada como espécie de «Geografia metafísica». Já para Gearóid Ó Tuathail (1996b: 5) a Geopolítica clássica deve mercer uma atitude de cepticismo e descrença generalizado, sendo considerada uma «narrativa» no sentido que Jean-François Lyotard deu ao termo (1979), (qualificação que, aliás, serve também para as Ciências Naturais, no pós-modernismo mais radical)¹⁵:

Geopolitics can be thought of as a regime of power/knowledge which produced international politics as an objective global spatial drama, a ceaseless global struggle between pre-determined geographical entities, and a vision of territorial states dominating global space [...] Its essentialist reading of international politics reveal the hubris of Western scientific myths about timeless essences and determining universal causation. Its naturalization of an idealized version of the European state system, projecting this upon the world, and representing global politics as balance-of-power politics, reveal the operation of an ethnocentric grand narrative wherein history has realized itself as European conceptions alone. In sum, modern geopolitics is a condensation of Western epistemological and ontological hubris, an imagination of the world from an imperial point of view.

precária a confiabilidade dos resultados, ou, pelo menos, fornecendo dados para muito curto prazo, e exigindo uma verificação contínua».

¹⁴ As abordagens «pós-positivistas», também qualificadas como *reflectivists* («reflectivistas»), abrangem múltiplas correntes como os pós-modernistas/pós-estruturalistas, as teorias críticas, as abordagens feministas, os contrutivistas, etc. São essencialmente marcadas por preocupações epistemológicas e ontológicas e, de alguma maneira, opõem-se às abordagens racionalistas-positivistas dominantes na disciplina das Relações Internacionais. A designação resulta do impacto que um artigo da autoria de Yosef Lapid teve no âmbito da Teoria das Relações Internacionais. Esse artigo intitulado «The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-positivist Era» (1989) foi publicado originalmente na revista norte-americana *International Studies Quarterly*, nº 33 (3). Sobre o debate pós-positivista em Portugal vê o interessante artigo de José Manuel Pureza intitulado «O Príncipe e o Pobre: as Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção» publicado no nº 52/53 da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, da Universidade de Coimbra.

¹⁵ O pós-modernismo mais radical tem gerado reacções bastante críticas um pouco por toda a comunidade científica. A reacção mais célebre aos excessos do pós-modernismo foi o artigo-paródia dos físicos Alain Sokal e Jean Bricmont intitulado «Transgredir as fronteiras: rumo a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica» (1996), o qual foi construída «em torno de citações de autores eminentes sobre as implicações filosóficas e sociais das ciências da natureza e da matemática», mas que eram «absurdas ou desprovidas de sentido», e que a revista norte-americana *Social Text*, publicou como sendo... um texto sério! (Sokal e Bricmont, 1999: 19).

Assim, podemos afirmar que a «segunda vaga» da Geopolítica é, em geral, menos ambiciosa nas suas pretensões científicas, abandonando, em graus variáveis, os processos de *imitatio scientiae*, e mais cuidadosa com a sua fundamentação epistemológica. Estas características podem também encontrar-se em François Thual (1996: 10), quando este em *Méthodes de la Géopolitique*, começou por justificar a pertinência da Geopolítica por referência à «fenomenologia» de Edmund Husserl, sustentando que, diferentemente dos fenómenos físicos, os fenómenos políticos são caracterizados pela «intencionalidade». E que dessa especificidade resulta a necessidade de «elaboração de um método que permita a interpretação dos factos da política internacional». Esta metodologia, que assenta no conceito de «representação» oriundo da Psicologia Social, foi originalmente proposta por Yves Lacoste no *Hérodote* e é explicada por este autor nas considerações teóricas efectuados no preâmbulo do *Dictionnaire de Géopolitique* (1993 [1995]: 29):

[La] *Géopolitique, en tant que démarche scientifique, a pour objet l'étude des rivalités territoriales de pouvoirs et leurs répercussions dans l'opinion, et puisque c'est par l'intermédiaire d'un certain nombre de représentations que l'on peut comprendre l'intérêt stratégique ou la valeur symbolique de ces territoires qui sont enjeux ou espaces de rivalités ou d'affrontements [...].*

Deste modo, e uma vez que a principal tarefa da Geopolítica é descobrir essa intencionalidade, esta deve recorrer a uma perspectiva pluridisciplinar, baseada essencialmente nos ensinamentos da História e da Psicologia Social e em menor grau da Psicanálise¹⁶. Nesta abordagem geopolítica os chamados «conflitos de identidade» surgem como uma das temáticas centrais, cuja análise consiste em traçar as diferentes «representações» que os povos ou colectividades fazem de si próprios e dos outros, sobre o martírio e o sofrimento, ou sobre a sobrevivência heróica, baseada em mitos e contra-mitos, que transcendem interesses económicos e geopolíticos e estão na origem de muitos conflitos violentos mais ou menos insolúveis. Uma das formas mais complexas dos conflitos de identidade é aquela que François Thual designa por

¹⁶ O recurso a esta perspectiva pluridisciplinar também não está totalmente isento de dificuldades. Desde logo, estas resultam dos problemas epistemológicos levantados por disciplinas como a Psicanálise, cuja classificação como «Ciência» é controversa (pelo menos esta é a opinião clássica dos epistemólogos do círculo de Viena, nomeadamente de Karl Popper, que lhe recusaram essa qualificação devido à impossibilidade de «falsificação dos enunciados»).

«conflito de anterioridade», que incide sobre um território ou parcela de um território, que é considerado inalienável e um imperativo à perpetuação de uma determinada colectividade ou nação – é caso da oposição¹⁷ servo-albanesa no Kosovo; é o caso do diferendo entre Hungria e a Roménia sobre a Transilvânia; e é ainda caso da rivalidade entre arménios e azeris sobre o Alto-Karabakh.

A análise de François Thual sugere que a «segunda vaga» da Geopolítica tem uma temática preferencial nas questões culturais-civilizacionais e de identidade colectiva. De facto, no pós-Guerra Fria, os trabalhos com mais impacto académico e mediático incidiram sobre esta temática. É nomeadamente o caso do já referido trabalho do professor de Harvard, Samuel P. Huntington «O Choque das Civilizações...» (1996); é ainda o caso do também já referido trabalho do investigador da Universidade de Paris II, Alexandre del Valle, «Guerras contra a Europa» (2000).

O aspecto mais interessante destes trabalhos é que estes foram significativamente influenciados pela Geopolítica clássica, nas suas diferentes versões, sendo duas variantes do mesmo raciocínio de tipo realista-geopolítico (e geoestratégico), agora enriquecido com argumentos de tipo cultural-civilizacional. No caso de Samuel P. Huntington é fácil verificar que este faz, implicitamente, a apologia da «potência marítima» na tradição anglo-americana de Mackinder/Spykman e das talassocracias, como «potências do bem», para a defesa do Ocidente (entendido como Europa católica/protestante + EUA/Canadá/Austrália/Nova Zelândia = Ocidente). Nesta construção os EUA são um dos pilares do conceito de «nós», o Ocidente; a Europa ortodoxa, incluindo a Rússia são o «outro»; e os Turco-muçulmanos são também o «outro». Todas as civilizações não ocidentais são potenciais inimigos, sendo particularmente perigosa uma coligação sino-islamita contra o Ocidente.

Por sua vez, Alexandre del Valle faz uma certa apologia das «potências terrestres» ou epirocracias, na versão francesa, (agora apresentadas como «potências

¹⁷ Atente-se, a título de exemplo, nas diferentes representações que sérvios e albaneses fazem sobre o Kosovo. Para os Sérvios, representa o «coração nuclear» da sua história religiosa e política, por referência ao Estado ordoxo sérvio da Idade Média, que tinha aí a sua sede política e religiosa. E como foi no Kosovo, no século XIV, que o Estado sérvio medieval foi derrotado e ocupado pelos exércitos turcos, foi em torno do Kosovo que o nacionalismo sérvio construiu o mito do sofrimento. Para os albaneses, e para do argumento da actual presença numérica maioritária nessa região, a sua historiografia retomou o tema da chegada «recente» dos Eslavos aos Balcãs (instalados na região

do bem»...), recuperando a ideia da aliança franco-russa do final século XIX (quando a França se sentiu cercada pela Alemanha após a sua unificação de 1871), para a defesa da Europa. Esta é entendida como a Europa Católica/Protestante/Ortodoxa incluindo a Rússia = Grande Europa ou «Europa das Pátrias» da tradição gaulista. Nesta construção os EUA são o «outro» do qual é preciso desconfiança e distanciamento; e os «Turco-muçulmanos» são não só o «outro» como o principal inimigo que quer conquistar a Europa pela *jihad* («guerra santa»), baseados na crença muçulmana de que *Alá* lhes prometeu a Europa como *Das ul Harb* («terra dos crentes»). Mas a «contra-teoria»¹⁸ de Alexandre del Valle é mais do que uma reacção à tese geopolítica-civilizacional defendida por Samuel P. Huntington, em grande parte baseada na Geopolítica clássica de tipo anglo-saxónico. Ela é sobretudo uma rejeição francesa do pensamento geopolítico norte-americano, na versão apresentada por Zbigniew Brzezinski em *The Grand Chessboard* (1997), no qual foi analisada a complexa teia de interesses geopolíticos dos EUA e a sua rede de alianças geoestratégicas, especialmente na Ásia central pós-soviética. E essa análise não foi particularmente abonatória para os europeus, que aparecem retratados com um estatuto de minoridade político-militar e designados pejorativamente como «vassalos».

8. Nem todas as correntes que actualmente marcam, ou, pelo menos, influenciam a disciplina, partilham da opinião que a Geopolítica (re)entrou em força no pós-Guerra Fria. É o caso do conhecido estratega militar norte-americano, Edward N. Luttwak, que, num artigo intitulado *From Geopolitics to Geoeconomics* («Da Geopolítica à Geoeconomia», 1990), publicado na revista norte-americana *The*

«apenas» entre os séculos X-XIV), desenvolvendo o contra-mito de que o Kosovo estava povoado de povos Ilírios desde a Antiguidade, dos quais os albaneses são os descendentes directos...

¹⁸ A tese central de Alexandre del Valle, na qual assenta a sua «contra-teoria» foi originalmente desenvolvida em *Islamisme et États-Unis: une Alliance contre l'Europe* (1997). A ideia principal é a de que os EUA desenvolveram uma estratégia de aliança *de facto* com os Estados árabes ricos do Médio Oriente (especialmente com Arábia Saudita *whabita* , particularmente zelosa do seu proselitismo islâmico), para manter a liderança mundial e o acesso aos recursos energéticos do Médio-Oriente, em detrimento da Europa que foi abandonada ao «islamismo militante» violento enraizado no mundo islâmico pobre. Ainda segundo del Valle, esta estratégia geopolítica pode detectar-se pela observação de um cinturão de turbulência terrorista, desde a Rússia (Chechénia) até à Europa (Kosovo). E é o resultado de uma (re)orientação geopolítica e geoestratégica dos EUA, que durante a Guerra Fria mobilizaram diversos Estados islâmicos, na periferia da ex-URSS, para um cerco estratégico ao

National Interest, defendeu que o final da Guerra Fria deu origem à «Goeconomia» descrita como «uma nova versão da antiga rivalidade entre os Estados», que surgiu em substituição da Geopolítica. Para Luttwak, a Goeconomia é o principal factor explicativo das relações internacionais do pós-Guerra Fria, entre o mundo capitalista desenvolvido, devido à perda de importância do tradicional poder militar e da diplomacia clássica. A excepção continuam a ser as zonas conflituais da periferia subdesenvolvida, onde a diplomacia e a guerra continuam a ser tão relevantes quanto o foram no passado. (Luttwak, 1988: 160-170).

Para caracterizar a emergente Goeconomia, Luttwak estabeleceu ainda vários paralelismos, com a *power politics*, a Geopolítica e a Estratégia militar: «o capital para investimento na indústria proporcionado ou orientado pelo Estado é o equivalente ao poder de fogo; o desenvolvimento de produtos subsidiados pelo Estado é o equivalente às inovações no armamento; e a penetração nos mercados sustentada pelo Estado substitui as bases e guarnições militares em solo estrangeiro, bem como a influência diplomático.» (*idem*: 171). Por sua vez, o arsenal geoeconómico está também dotado de uma grande diversidade de armas, algumas velhas outras novas. Por exemplo, as tarifas «podem ser simples impostos cobrados sem outro fim em mente que não seja obter rendimentos; da mesma maneira os limites impostos pela quotas e a pura e simples proibição às importações poderão visar apenas a resolução de uma escassez aguda de moeda. Mas, quando o objectivo dessas barreiras comerciais é proteger essa indústria e permitir o seu crescimento passamos uma vez mais para a goeconomia – o equivalente à defesa das fronteiras na guerra e da política mundial tradicional.» Apesar de os acordos do GATT/OMC proibirem a imposição arbitrária de tarifas, quotas ou limitações às importações é frequente ver Estados recorrerem a barreiras comerciais dissimuladas, o que é o equivalente geoeconómico «da emboscada, essa poderosíssima táctica de guerra». Neste contexto competitivo, é um método muito comum «estabelecer deliberadamente regulamentos de saúde e de segurança, ou exigências de etiquetagem, empacotamento ou reciclagem, a fim de excluir produtos estrangeiros.» (*ibidem*: 172).

«império do mal», criando um «cinturão verde». No pós-Guerra Fria, essa estratégia voltou-se contra a Europa e é mesmo uma ameaça à existência da civilização europeia.

9. Mas não é só a abordagem realista e neo-mercantilista de Edward Luttwak que contesta a importância da Geopolítica no mundo actual, ou pelo menos no mundo capitalista avançado. Uma outra corrente de tipo pós-modernista/pós-estruturalista, embora por razões substancialmente diferentes, considera também que esta tem vindo a perder a sua importância, desde os anos 80 do século XX. Essa corrente tem a sua origem nas ideias sobre a velocidade do arquitecto e historiador militar francês, Paul Virilio, que é um dos pós-modernistas que mais influência exerce em certos sectores académicos da Geopolítica e Relações Internacionais norte-americanas. Essa influência resulta da difusão da ideia que a «Cronopolítica», um conceito cunhado pelo próprio Virilio, está a substituir a tradicional Geopolítica, pela perda de importância do espaço material resultante da revolução provocada pela microelectrónica e pelas tecnologias de informação. Nesta concepção, a ubiquidade, um privilégio dos deuses, está a transformar-se numa possibilidade humana, pela primazia que o «tempo» adquiriu sobre o «espaço»¹⁹.

A teorização da Cronopolítica foi aplicada às Relações Internacionais pelo professor de Ciência Política da Universidade norte-americana de Massachusetts, em Amherst, James Der Derian, em diversos trabalhos desenvolvidos na última década, entre os quais se destaca *Antidiplomacy: Spies, Terror, Speed and War* («Anti-Diplomacia: Espiões, Terror, Velocidade e Guerra», 1992). No centro desta abordagem «anti-ciência», que ataca os cânones positivistas-realistas tradicionais, está a «velocidade»²⁰, a variável fundamental da Cronopolítica. A reflexão sobre a velocidade/aceleração abriu um novo campo de abordagem que Virilio designou por

¹⁹ «In the realm of territorial development, *time* now counts more than *space*. But it is no longer a matter of some chronological local time, as it once was, but of universal world time, opposed not only to the local space of region's organization of land, but to the world space of planet on the way to becoming homogeneous. From the urbanization of the real space of national geography to the urbanization of the real time of international telecommunications, the *world space* of geopolitics is gradually yielding its strategic primacy to the *world time* of chronostrategic proximity without any delay and without any antipodes». (Virilio, 1995 [1998]: 183).

²⁰ A importação e utilização de conceitos da física para a teorização da velocidade, estão no centro da polémica sobre a obra de Paul Virilio. Esta utilização de conceitos e teorias da física foi qualificada por Sokal e Bricmont (dois académicos da área Física), como «uma mistura de confusões monumentais e fantasias delirantes», sendo as analogias científicas utilizadas por Virilio «o mais arbitrário que possa imaginar-se, quando este autor não se afunda pura e simplesmente numa embriaguez verbal». (1999: 165-170).

«dromologia».²¹ Este campo tem essencialmente por objecto o estudo crítico das consequências da velocidade/aceleração nos diferentes aspectos da vida humana, provocados pelo «progressos» científicos nos campos da microelectrónica e das novas tecnologias de comunicação e informação e que levaram Paul Virilio a afirmar, na esteira de Jean Braudillard, que as distinções entre imagens visuais e mentais estão a esbater-se, e que o «virtual está a destruir o real». (Der Derian, 1998: 7).

A crítica ao chamado «lado negro» do Iluminismo, à racionalidade científica separada das questões éticas pelo positivismo, e também à Geopolítica enquanto saber positivista e discurso de poder com a ambição de «dar conselhos ao príncipe», é feita por Paul Virilio e James Der Derian, com base num conjunto de trabalhos que podem ser considerados precursores do actual pós-modernismo/pós-estruturalismo. É o caso da chamada «Escola de Frankfurt» fundada nos anos 20-30 do século XX; e é também o caso de Michel Foucault e das suas arqueologias-genealogias, e, especialmente, dos seus trabalhos sobre o poder disciplinar e as técnicas de controlo derivadas do «panoptismo» (um sistema de vigilância prisional proposto originalmente por Jeremy Bentham, num trabalho sobre a organização das prisões britânicas efectuado no início do século XIX).

10. Por tudo o que anteriormente foi dito, falar em «renascimento» da Geopolítica, nos anos 70, não deixa de ser equívoco. E é equívoco porque sugere que a Geopolítica esteve «morta», num período algo «nebuloso» para a maioria das análises, grosso modo situado entre os anos 1945-1975, facto que não corresponde exactamente à realidade. Como vimos, o que efectivamente ocorreu após a II Guerra Mundial foi uma condenação ao «ostracismo» da palavra, pela sua conotação com a Alemanha nazi e de uma determinada forma de pensamento geopolítico (a *Geopolitik*), pelas suas alegadas ligações ao poder nazi. Quanto à *Geopolitics* anglo-americana, não só não desapareceu como até floresceu nos EUA do pós II Guerra Mundial, num contexto de confrontação ideológica/política/militar com a ex-União Soviética. Neste sentido, é mais exacto afirmar o que o ocorreu nas últimas décadas do século XX não foi propriamente um «renascimento» mas mais um aumento

²¹ Um termo cunhado por Virilio a partir da palavra grega *dromos* que significa corrida ou acto de correr.

interesse de pela Geopolítica, que não se circunscreveu aos meios académicos e políticos, mas foi também projectado para o grande público pelos *mass media*.

Todavia, é importante notar que o facto a Geopolítica nunca ter estado propriamente «morta» não significa que não se possa falar numa «segunda vaga», como movimento com algumas características próprias e originais, face à Geopolítica clássica anglo-germânica, da primeira metade do século XX. O que de facto se pode constatar numa análise mais aprofundada é que há, simultaneamente, um misto de continuidades e descontinuidades face ao passado. Se, por um lado, as ideias centrais da Geopolítica clássica, exceptuada a versão «Haushofer/*Zeitschrift für Geopolitik*», continuam a existir e a influenciar muitos dos trabalhos actuais, por outro lado, também surgiram novas abordagens em ruptura ou descontinuidade com a «Geopolítica clássica» e que rejeitam, em graus variáveis, essa herança.

O caso mais evidente desse esforço de ruptura é o das abordagens pós-modernistas/pós estruturalistas de Paul Virilio e James der Derian e o da chamada «Geopolítica crítica» protagonizada, entre outros, por Gearóid Ó Thuatail, que se demarcam dos trabalhos da «Geopolítica clássica» e dos seus continuadores actuais como, por exemplo, Colin S. Gray, Samuel P. Huntington ou Zbigniew Brezinski, os quais são (des)qualificados como «narrativas», discursos de poder e instrumentos de dominação. Além do mais, esta abordagem recusa a tradicional postura de «dar conselhos ao príncipe», que marca o pensamento ocidental sobre a Política, desde a publicação de «O Príncipe» (1513), de Nicolau Maquiavel, no Renascimento, assumindo, em alternativa, um novo papel de «consciência crítica» e transformadora da realidade social.

Por último, a interrogação que inevitavelmente se coloca é a de saber até que ponto este interesse acrescido pela Geopolítica radica nas virtudes descritivas, explicativas, analíticas ou críticas deste campo do conhecimento, face aos acontecimentos do mundo real, especialmente no pós-Guerra Fria, ou, pelo contrário, estamos apenas perante mais um fenómeno de moda, alimentado artificialmente nos meios académicos, políticos e jornalísticos. Também aqui nos parece que a resposta é marcada pela ambivalência, pela simples razão que todos estes aspectos explicam o interesse acrescido pela Geopolítica. Se, por um lado, o saber geopolítico tem provas

dadas na descrição/interpretação/análise dos fenómenos geográfico-políticos com relevância internacional, por outro, a verdade é também que o aumento de interesse pelo Geopolítica, verificado nas últimas décadas do século XX, foi, muitas vezes, feito à custa de um alargamento bastante discutível do seu objecto de estudo (por exemplo, através da sua expansão para os fenómenos geográfico-políticos com mera relevância interna) e acompanhado de um uso tendencialmente «livre» do conceito. Ora, pelo menos de um ponto de vista académico-científico, este fenómeno deve ser encarado com bastante precaução. Isto porque uma utilização proteiforme do conceito «Geopolítica» significa, inevitavelmente, ausência de rigor e utilidade técnico-científica. Mas também porque um alargamento indiscriminado do seu objecto de estudo pode acarretar como consequência a perda de coerência da própria Geopolítica, enquanto disciplina académica. Por isso, não é demais (re)lembrar o já referido comentário de Robert Harkavy: «the term geopolitics has come to be used in such a variety of contexts that it is no longer clear just what it means... It has come to mean almost everything, and therefore, perhaps almost nothing».

José Pedro Teixeira Fernandes